



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Na semana passada, a principal pauta discutida no plenário foi o projeto de redução de *ICMS sobre os combustíveis, energia e telefonia*. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que, para esta semana, os líderes partidários decidiram continuar a discussão. Por isso, o plenário votará as seguintes propostas:

- PL 3677/2021, que cria transparência sobre as regras de composição de preços de derivados de petróleo praticados pela Petrobrás;
- Três PLs que anularão os efeitos dos aumentos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- PL 1143/2021, que cria mecanismos para redução de tarifas de energia elétrica para o consumidor;
- PLP 62/2015, que impede a cobrança de ICMS sobre os adicionais cobrados dos consumidores na fatura de energia elétrica por conta das bandeiras tarifárias amarela e vermelha.

- O PL 1070/2021, de iniciativa dos Sen. Jaques Wagner (PT-BA), Fabiano Contarato (PT-ES) e Confúcio Moura (MDB-RO), que dispõe sobre a *Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde, proposto sob inspiração da CNBB, à luz da Encíclica Laudato Si'*, teve requerimento de urgência aprovado, no dia 12/05, para ser incluído na pauta do plenário. Desde então, há três semanas, aguarda a oportunidade para ser votado.

## COMISSÕES DA CÂMARA

### Comissão de Integ. Nac. Des. Reg. e Amazônia - CINDRA

Foi apresentado Projeto de Decreto Legislativo 157/2022 para sustar os efeitos do Decreto 10.260/2020, do governo federal, que "*Institui o Programa Abraça o Marajó e o seu Comitê Gestor*". A autoria do PDL é dos dep.: João Daniel (PT-SE), Airton Faleiro (PT-PA), José Ricardo (PT-AM), Célio Moura (PT-TO), Leonardo Monteiro (PT-MG), Patrus Ananias (PT-MG), Nilto Tatto (PT-SP) e outros. A demanda foi apresentada em reunião realizada entre a REPAM-Brasil e o Presidente da CINDRA, a partir de solicitação manifesta por dom Evaristo Spengler, bispo do Marajó.

### Comissão de Legislação Participativa - CLP

A CLP realiza hoje, (31/05), uma audiência Pública, às 16hs, com o tema: *Políticas Públicas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária*. O motivo principal é a paralisação do programa de reforma agrária no Brasil. Foram convidadas autoridades e entidades do movimento do campo.

## SENADO FEDERAL

O Projeto de Lei da Câmara 184/2017 que altera a Lei 9394/1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional" (LDB), para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo, de modo que os alunos possam intercalar períodos na escola e períodos no campo.

## COMISSÕES DO SENADO

### Comissão de Meio Ambiente – CMA

- Na semana em que se comemora o "Dia Mundial do Meio Ambiente", a CMA realizará Audiência Pública Interativa (dia 01/06) para debater a *Política Nacional de Educação Ambiental* como política pública do Estado Brasileiro. Entre os convidados estão: Ailton Krenak, líder indígena ambientalista; Sônia Guajajara, líder indígena e especialista em educação; Txai Suruí, coordenadora do Movimento da Juventude Indígena; e outros representantes: da Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do MMA e Ibama, do Ministério da Educação (MEC), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da rede de jovens ativistas Engajamundo.

- Na última quarta-feira (25/05), aconteceu, também na CMA, uma Audiência Pública para debater o Código Florestal, que completa dez anos de vigência. Questionamentos quanto à sua implementação e seu alcance miram o descumprimento da legislação. Após recorrentes denúncias quanto às fraudes no Cadastro Ambiental Rural (CAR) - registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais. Dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) apontam que, somente na Amazônia, dos 56,5 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas, 18,6 milhões de hectares possuem CARs ilegais. Um dos fatos mais graves é a sobreposição de CARs em terras indígenas, o que ocorre em 24 Estados brasileiros. Relatório do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) apontou que havia 2.789 CARs sobrepostos em 624 terras indígenas, um total de 118 milhões de hectares. O CAR não representa um problema, mas tem sido utilizado como ferramenta de grilagem. Atualmente, o recibo de inscrição do CAR é documento suficiente para solicitar crédito rural. Se o CAR é uma autodeclaração de posse, não deve ser utilizado como documento fundiário.

### Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA

A senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) apresentou relatório pela aprovação, no âmbito da CRA, do PL 2374/2020, do senador Irajá (PSD-TO), que permite a regularização de propriedades rurais que não respeitem os limites mínimos de Reserva Legal em razão de supressões de vegetação nativa realizadas entre 22 de julho de 2008 e 25 de maio de 2012. O possui deliberação terminativa na CRA, e será encaminhada diretamente à Câmara dos Deputados em caso de aprovação na Comissão.

## OUTROS INFORMES

### Eleição da Mesa da Câmara

Depois da janela partidária e da troca de partidos pelos parlamentares, foram realizadas novas eleições para mesa diretora da Câmara. O dep. Lincoln Portela (PL-MG) foi eleito 1º vice-presidente com 232 votos. O palácio defendia o nome do dep. Major Vitor Hugo (PL-GO), mas o PL não aceitou e a bancada evangélica indicou o nome de Portela. Para a 2ª Secretaria, foi conduzido ao cargo o dep. Odair Cunha (PT-MG), com 325 votos. Para a 3ª Secretaria, a dep. Geovania de Sá (PSDB-SC) obteve 380 votos e foi eleita.